

Debate avalia o desmonte da USP

No dia 15/10, a Adusp realizou o debate “A gestão Zago e a Universidade”, no auditório de Geografia da FFLCH. A atividade, que fazia parte do “Dia de Protesto”, discutiu os diferentes problemas enfrentados pela USP desde que M.A. Zago e V. Agopyan assumiram os cargos de reitor e vice-reitor, em 25/1/14. Compuseram a mesa (na foto, da esquerda para a direita) os professores Leonardo Gomes Mello e Silva (FFLCH), Márcio Moretto Ribeiro (EACH), Adrián Pablo Fanjul (FFLCH), Marcus Orione Gonçalves Correia (FD), o funcionário Ramiro Penha Seabra Malaquias (representante das creches da USP) e a aluna de pós-graduação Isadora de Andrade Guerreiro (FAU), mãe de duas crianças matriculadas na Creche Central.

“Abandono sucateador do Hospital Universitário; redução do quadro docente impedindo a reposição de aposentados; propósito declarado de eliminar o regime de dedicação integral como o preferencial para os docentes da universidade e promover a precarização generalizada para aqueles que garantimos a excelência da universidade em ensino, pesquisa e extensão; promiscuidade com fundações privadas investigadas pelo Ministério Público; extinção da Guarda Universitária e das creches, abandono da Escola de Aplicação; benevolência com os que cometeram crime ambiental na USP-Leste; redução desastrosa do quadro de funcionários para favorecer a terceirização são os pontos de destaque da obra realizada em um ano e meio”.

O resumo crítico das medidas tomadas pela Reitoria consta do texto “Percurso da Gestão Zago-Vahan, ou razões para estar em protesto”, elaborado e lido por Adrián (<http://bit.ly/1RYGhuc>). Nele, o professor da FFLCH aponta para a “repetição e aprofundamento das práticas antidemocráticas de gestões anteriores”, e adverte: a atual administração “está empenhada em um processo que consideramos de desmonte da instituição e que já começou a provocar danos de difícil reparação”.

Os procedimentos da Reitoria são obscuros, porque seus projetos são



anunciados ou postos em andamento sem nunca explicitar os propósitos finais. A frustrada tentativa de transferência do Hospital Universitário (HU) para o Estado, aparentemente com a ideia de repassar sua gestão a alguma “organização social” (OS), foi apontada por Adrián como exemplo dessa prática: “Zago não obteve aprovação no Co [Conselho Universitário], e então o HU passou a ser abandonado pela Reitoria de um modo gritante”.

Outro exemplo de obscuridade seria a Fundação de Apoio à USP (FUSP, privada): “É inexplicável que o diretor financeiro dessa fundação seja o atual coordenador da Administração Geral da Universidade, do qual dependem os departamentos financeiro e de RH. E é normal que o diretor executivo da mesma fundação seja a mesma pessoa que exerce a Superintendência de Relações Institucionais, e que o próprio Zago e dois de seus pró-reitores sejam membros do Conselho Curador? Não há aí conflito de interesses?”

É irresponsável o plano da Reitoria de abandonar o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), pois “o GT da Reitoria [GT-AD] apresentou um documento de 4 páginas, sem qualquer diagnóstico ou dado que o sustentasse, motivando a rejeição quase unânime das suas propostas pelas congregações”. Completou: “Os textos lapidários com

os quais congregações como as da Faculdade de Educação, Instituto de Física ou EACH descartaram esse projeto são a mais nítida desmoralização acadêmica desta Reitoria e de seus colaboradores”.

Métodos obscuros. O ataque ao corpo docente também foi abordado pelo professor Márcio Ribeiro, que analisou relatórios finais de experimentação elaborados por professores da EACH entre 2011 e 2015 e verificou que, de 15 docentes cujo regime experimental foi estendido pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), 13 haviam recebido pareceres externos favoráveis à conclusão do regime (<http://goo.gl/Ejvpo2>).

A contradição entre as avaliações dos pareceristas externos e as da CERT mostra a obscuridade nos métodos da comissão e impõe uma atmosfera de perseguição, disse Ribeiro. “Minha leitura é que o mecanismo de avaliação por eliminação, além de não parecer criterioso, abre espaço para abusos de poder”, caso de um professor da EACH transferido do RDIDP para o Regime de Turno Completo (RTC) mesmo após ter comprovado sofrer problemas de saúde.

“Meritocracia e metas a serem cumpridas” são, no entender do professor Marcus Orione, a espinha dorsal das diretrizes gerais do GT-AD. Contudo, observa, os conceitos político e jurídico de méri-

to são vazios. “Ou seja, são preenchidos por alguém que aponta ‘o merecedor’ a partir de um critério próprio de leitura”.

O professor da FD problematizou a legitimidade do relatório final do GT-AD: “Temos um documento que é um parecer consultivo e que mostra ser algo que não representa consensualmente aquilo que foi posto pelos próprios membros que o elaboraram. É um problema sério, em relação à natureza do ato jurídico para o qual foram instalados os trabalhos do GT. Se temos um parecer pretensamente consultivo, que advém de um ato não consensual, então temos um documento que vai embasar atos administrativos com fundamentações contraditórias”.

Leonardo Silva observou que “há homologias entre a organização do trabalho dos operários fabris e a maneira como a universidade tem gerido o trabalho dos docentes”, usando exemplos para ilustrar sua comparação, como a imposição de metas de produção nas fábricas — algo semelhante ao que a CERT vem realizando nas análises de produção docente na universidade — e a exclusão dos trabalhadores pouco produtivos.

“Essa ideia de exclusão, traduzida por uma segmentação — ‘produtivos versus improdutivos’ e ‘estáveis versus precários’ — é nítida na univer-

15/10, Dia de Protesto!

Fotos: Daniel Garcia



O Dia de Protesto organizado pela Adusp para comemorar o Dia do Professor (15/10) mobilizou professores da FEUSP, FFLCH e ICB, que participaram de panfletagem em diferentes unidades. A ideia central: não deixar passar em branco a data, tendo em vista os inaceitáveis ataques da Reitoria ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e, por extensão, à carreira docente na USP.

“Visitamos o IB, a FAU e a ECA, onde procuramos intervir nas aulas que estavam sendo dadas, conversando e expondo as questões que envolviam o Dia do Professor, Dia de Protesto!, aos colegas e aos estudantes”, explicou a professora Rosangela Sarteschi, diretora da Adusp. “A atividade foi muito interessante e serviu, como era nosso propósito, para divulgar nossas ações de resistência, buscando, inclusive, ampliá-las”.

Após fim da greve, docentes das instituições federais aguardam reunião com Mercadante

No dia 13/10, os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) retomaram suas atividades, após realizarem uma greve com duração de 139 dias. A saída unificada foi decidida após rodada de assembleias no início do mês, quando foi organizada uma agenda de atividades para manter a mobilização da categoria. Entre as reivindicações, destacam-se: reajuste salarial de 27,3%, reestruturação da carreira, garantia de autonomia universitária, melhoria nas condições de trabalho e defesa do caráter público da educação.

O Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

(Andes-SN) divulgou em 11/10 uma avaliação final do movimento paredista (<http://goo.gl/JQ1g3l>). Segundo a nota, a greve aconteceu em “um ambiente acadêmico em que as consequências nefastas da precarização em várias IFES assumiram maior visibilidade”.

O comunicado lembrou a repressão policial ocorrida em 5/10, em frente ao Ministério da Educação (MEC). Na ocasião, representantes dos docentes tentavam, uma vez mais, ser recebidos por dirigentes da pasta. Porém, face à troca de ministros, com a saída de Renato Janine Ribeiro, o MEC comprometeu-se a realizar uma reunião assim que Aloizio Mercadante reassumisse o cargo (o que acon-

teceu em 5/10). Ainda não há uma data definida para que isso ocorra.

Andes x Janine. Depois que a presidenta Dilma Rousseff anunciou a saída de Janine, em 2/10, o professor da FFLCH concedeu entrevista ao jornal *Zero Hora*, na qual afirma ter deixado o cargo “chocado com a atitude dos grevistas”. Para Janine, houve dificuldade no diálogo com os docentes, já que estes “declararam greve antes da negociação” (<http://goo.gl/Lf2Hli>).

Ele alegou que o Andes entregou um documento ao MEC, exigindo redução na verba para a Educação Básica e aumento para o Ensino Superior: “Nunca tinha visto isso, um movimento exigir a redução de

verbas na Educação Básica”.

O Andes-SN emitiu nota em que desmente Janine: “Essas informações não correspondem à verdade. Sendo assim, exigimos que ex-ministro retrate-se ou cite a fonte dessa informação inexistente”. Observa que a greve nacional dos docentes federais “se desenrolou na completa omissão do ex-Ministro”, e destaca: “Vale ressaltar que, ao longo de toda história de greves protagonizadas pela base do Andes-SN desde 1981 (ainda durante a ditadura), esta foi a primeira vez que o Sindicato Nacional não foi recebido pelo ministro da Educação em gestão”. Confirma a íntegra da nota em <http://goo.gl/HTcrWN>.

continuação da capa

sidade”. Mello fez uma analogia entre a situação da classe trabalhadora na indústria e a exclusão sentida por um docente que tem seu regime de trabalho mudado e salário rebaixado: para ele, o sistema de trabalho implantado nas universidades “tira a pessoa da comunidade de trabalho, e a coloca numa situação de precariedade ou desemprego”.

Educação infantil. Ramiro Malaquias, professor da Creche e Pré-escola Oeste, apresentou um

histórico das creches da USP, apontando que só foram implantadas por reivindicação das mães que trabalhavam ou estudavam na universidade. A instalação da Creche Central (1982) marca o nascimento da luta pelo reconhecimento dos professores enquadrados na função de “técnico de apoio educativo”.

“Nossa função dentro da creche é a de professor. Planejamos as aulas e montamos tudo o que é de rotina no Magistério. Portanto, reivindicamos a nomenclatura de ‘Professor

de Educação Infantil””, esclareceu. A Lei 1.202/2013 altera a nomenclatura “técnico de apoio educativo” para “professor de educação infantil”, que implica reconhecimento de direitos profissionais. Porém, a Reitoria não cumpre a lei e, inclusive, enquadra como “técnico de apoio educativo” que os profissionais das creches com especialização, mestrado ou doutorado, deixam de ter seus direitos garantidos e exercem funções alheias às originais.

O processo de precarização vivi-

do nas creches mostra que “o que está sendo colocado é um outro projeto de universidade, diferente daquele que deveria ser público”, avalia Isadora Guerreiro. Muitos estudantes têm sua formação prejudicada por não poderem deixar seus filhos nas creches, e alguns até abandonam o curso. “Ou seja, só conseguirá permanecer na USP o estudante que tiver uma situação financeira favorável à sua permanência. É a elitização da universidade pública”, argumentou.

Estudantes e professores mobilizam-se contra reorganização das escolas estaduais

No dia 22/9, a Secretaria da Educação do Estado (SEE-SP) anunciou que irá reorganizar as escolas por ciclos de ensino. A meta é que, a partir de 2016, a maioria dos estabelecimentos atenda apenas um dos três ciclos do ensino: anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º), anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e Ensino Médio. Atualmente, uma unidade pode atender, ao mesmo tempo, até três ciclos. A SEE-SP prometeu divulgar em novembro quais escolas serão selecionadas para atender o processo de reorganização.

Os objetivos pretendidos seriam preparar as escolas para atender às demandas de cada etapa escolar e de cada faixa etária; favorecer a gestão das unidades; e adequar o novo modelo escolar às fases de aprendizado dos alunos. Ainda conforme a SEE-SP, que analisa a situação de 3.600 das 5.108 escolas do Estado, o deslocamento máximo dos alunos das escolas reorganizadas será de “até 1,5 km para sua nova unidade escolar”.

Estima-se que o plano afete cerca de mil escolas e que até 2 milhões de alunos (dos 3,8 milhões da rede) sejam transferidos de suas unidades atuais.

A medida tem sido duramente criticada. Em 25/9, o Sindicato dos

Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) lançou nota afirmando não haver “preocupação pedagógica” na reorganização. A presidente Isabel Noronha acredita tratar-se de “uma mudança física, descolada de um verdadeiro projeto educacional”, que vai desorganizar a rede. Em vez disso, sustenta, o governo deveria “valorizar os profissionais do magistério e resolver os problemas estruturais das escolas, assegurando condições de trabalho aos professores e de aprendizagem aos estudantes”.

Demissões. A presidente da Apeoesp lembra que em 1995 o governador Covas (PSDB) e a secretária Roseli Neubauer realizaram uma reorganização similar, que causou a demissão de mais de 20 mil professores, “desorganização e transtornos nas famílias dos estudantes e uma série de outros prejuízos à educação pública estadual”.

A primeira manifestação de estudantes contra a medida ocorreu em 6/10: eles caminharam até a Praça da República, para protestar em frente ao prédio da Secretaria. Outros protestos atingiram bairros da periferia da capital e cidades do interior.

Os atos estão sendo organizados por estudantes, de forma in-

Nota da Adusp sobre a reorganização da Rede Estadual de Educação Básica

A diretoria da Adusp – Seção Sindical do Andes-SN vê com grande preocupação o anúncio feito pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo de que pretende realizar uma nova organização da rede estadual de Educação Básica paulista.

Independentemente de emitir qualquer juízo de valor, até porque é impossível dizer algo sobre o que não é dado a conhecer, o que se expressa genericamente no mote “separar alunos por ciclo escolar” é assunto de interesse de toda a sociedade paulista, das entidades representativas dos trabalhadores em educação no Estado — e não é cabível que a Administração Pública ignore esse importante aspecto.

Sem uma ampla discussão com a sociedade paulista, em especial com os principais setores sociais envolvidos, qualquer mudança no ensino público estadual certamente estará fadada ao fracasso.

São Paulo, 22/10/2015

dependente, e pela Apeoesp, que convocou os pais de alunos, por meio de inserção na TV, para um ato público em 29/10, após assembleia da categoria.

Pedro Augusto Loes, 18 anos e estudante da Escola Estadual Anhanguera, na capital, enxerga no processo de reorganização das escolas “a volta do analfabetismo, o aumento da ignorância e as demissões de funcionários” da rede estadual. A seu ver, a mobilização

dos secundaristas “mostra aos estudantes que amanhã eles terão que estar em manifesto por melhores condições de trabalho”, e tem caráter pedagógico: “Eles aprendem sobre os direitos deles!”.

A Adusp lançou nota, encaminhada ao Executivo e à Alesp: “Sem uma ampla discussão com a sociedade paulista”, diz, “qualquer mudança no ensino público estadual certamente estará fadada ao fracasso” (vide íntegra no quadro).

PL 1.083/15 é retrocesso, apontam audiências do PEE

As três primeiras audiências públicas regionais relativas ao Plano Estadual de Educação (PEE) foram realizadas em Sorocaba (19/10), Campinas (21/10) e Araraquara (22/10), reunindo professores, estudantes, funcionários, entidades do setor e outros interessados. A Adusp se fez representar em todas. Outras três estavam previstas para São José do Rio Preto (23/10), Santos (26/10) e São Paulo (27/10), no auditório Paulo Kobayashi da Alesp.

A proposta de PEE apresentada pelo Executivo é o PL 1.083/15, que prevê um financiamento da educação pública muito aquém do necessário e possui graves inconsistências (vide <http://goo.gl/EGyuyb>).

Porém, tramitam também na Alesp o PL 1.035/15 (que atualiza o PEE-Proposta da Sociedade Paulista de 2003), elaborado pelo GT de Política Educacional da Adusp (GTPE) e por outras entidades li-

gadas à educação; e outro de autoria do Fórum Estadual de Educação (FEE), cuja principal integrante é a Apeoesp, um substitutivo ao PL 1.083/15.

Na audiência de Campinas foram registradas manifestações contra a divisão das escolas por ciclos. O deputado João Paulo Rillo (PT) alertou que a reorganização é uma antecipação do PEE e deveria ser efetivada somente após debate e aprovação da comunidade escolar. A audiência foi presidida pelo deputado Adilson Rossi (PSB) e também esteve presente o deputado Raul Marcelo (PSOL).

Diversidade. Ângela Meier, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), defendeu a necessidade de a escola refletir a diversidade étnica, cultural, social e de gênero existente na sociedade: “A

juventude não se reconhece na escola”.

Mariana Conti, do Coletivo Rosa Lilás, afirmou que “a discussão sobre gênero é fundamental para nós mulheres, para questionar a violência do machismo”. Fábio Santos de Moraes, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), alertou o público para “não ignorar o fato de que existem preconceito e discriminação dentro da escola em forma de *bullying* por conta da raça, opção sexual, condição social ou econômica”.

O professor Otaviano Helene, representante do GTPE da Adusp, assinalou que a evasão na rede pública estadual, até o ensino médio, supera 30%: “Estamos construindo hoje o atraso do futuro, com a exclusão dos segmentos mais pobres”. Defendeu investimentos crescentes até atingir 9,5% do PIB paulista.

Aprimorar metas. Na audiência de Araraquara, a professora Lighia B. Horodynski Matsushigue relembrou, em nome do GTPE da Adusp, a trajetória da entidade de luta pela escola pública e sua atuação conjunta com os movimentos sociais. Para ela, é necessário aprimorar as metas relativas à educação básica, à valorização dos professores e ao financiamento da educação.

A deputada Márcia Lia (PT), presidente da audiência e integrante da Comissão de Educação da Alesp, é otimista quanto a emendas: “O governo vai aceitar”.

A Apeoesp acredita que a aprovação do PL 1.083/15 sem alterações seria “um retrocesso”. Defende a rejeição das metas 21, 22 e 23 que tratam de municipalização, flexibilização curricular e formação dos professores; e alteração das metas de financiamento e valorização da categoria.

Co de 13/10 revê regras de eleições internas, mas ainda segrega Professores Doutores

A reunião do Conselho Universitário (Co) de 13/10 aprovou por ampla maioria — mais de 80 votos — três propostas, emanadas da Reitoria, de alteração do Estatuto da USP no tocante às regras que definem a eleição de dirigentes de unidades; e a substituição e sucessão de reitor e vice-reitor em caso de vacância. As propostas estão disponíveis em <http://goo.gl/MDxJcC>.

No tocante à eleição de diretores e à eleição de chefes de departamentos, as regras foram adequadas às mudanças introduzidas no final de 2013 no sistema eleitoral de reitor e vice-reitor. As candidaturas serão de chapas, mediante inscrição prévia e exigindo-se um programa de gestão. Não se tocou, contudo, no formato da eleição. Os pleitos continuarão a ser indiretos, sem consulta à comunidade, e a composição dos colégios eleitorais se mantém restrita.

A nova redação do artigo 46, após definir que “O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos por meio de eleição em chapas e com até dois turnos de votação [...] § 2º - Os candidatos a Diretor e Vice-Diretor deverão fazer inscrição prévia de suas candidaturas, em forma de chapa, acompanhada do programa de gestão a ser implementado”, estipula: “§ 7º- O colégio eleitoral será composto pelos membros da Congregação e dos Conselhos de Departamento [...] cabendo a cada eleitor apenas um voto”.

Anacronismo. Professores Doutores, que constituem mais de 50% do corpo docente da USP, continuam proibidos de se candidatar à direção. Quanto aos livre-docentes, o Co manteve o seguinte anacronismo: “§ 4º- As chapas poderão ser compostas por Professores Titulares e Professores Associados 3”, todavia, caso não se apresentem pelo menos duas chapas no prazo de dez dias, “§ 5º [...] poderão ser apresentadas candidaturas compostas também por Professores Associados 2 e 1”.

No tocante aos departamentos, o artigo 55 reza: “O Conselho do Departamento elegerá, dentre os seus membros, o Chefe e o Vice-Chefe [...] I - a eleição será feita com prévia inscrição de chapas [...] e em até dois turnos de votação, aplicando-se analogicamente os procedimentos previstos no artigo 46, parágrafos 9 e 10”.

Mesmo nesse caso, a proposta aprovada no Co admite a eleição de Professores Doutores apenas em caráter excepcional: “II- as chapas poderão ser compostas por Professores Titulares e Professores Associados; III- caso encerrado o termo inicial de registro de chapas sem que haja ao menos duas inscrições, será prorrogado o prazo [...] hipótese em que poderão ser apresentadas candidaturas compostas também por Professores Doutores”.

Contramão. Foi igualmente aprovada nova redação para os

artigos 37 e 40, que tratam de substituição nos dois principais cargos da Reitoria. A alteração mais importante consta do primeiro: “O Vice-Reitor substituirá o Reitor em suas faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á em caso de vacância, mediante nomeação pelo Governador do Estado, devendo-se realizar, nesta última hipótese, eleição exclusiva para a função de Vice-Reitor, nos termos do artigo 40-4”.

“O tom geral das propostas me pareceu ir na contramão dos anseios que venho ouvindo da comunidade acadêmica, que esperava uma maior abertura na regulamentação da escolha de dirigentes. Assim me manifestei logo no início da reunião, acrescentando minha preocupação com a não inclusão da figura do impedimento de dirigentes por má conduta no exercício de seus cargos (*impeachment*)”, disse o professor Luiz Menna-Barreto, representante da Congregação da EACH. “Elaborei uma proposta nesse sentido, que foi assinada por mais de dez membros do Co e deverá ser avaliada em uma próxima reunião”.

“A proposta conservadora para eleição de Diretor e Vice foi aprovada por ampla maioria: 88 votos a favor, dois contrários (incluindo o meu) e seis abstenções”, informou o professor. “Alguns destaques serão discutidos e votados na próxima reunião [extraordinária], em 10/11.

Alguns membros se manifestaram reclamando a total ausência de menção a consultas à comunidade, ritual que já vem sendo praticado em muitas unidades da USP e que [no entanto] parece não existir”.

Comissões. Outra proposta, que envolve mudanças na escolha dos presidentes de comissões estatutárias, causou polêmica e uma nova versão deverá ser votada na reunião extraordinária de 10/11. “Em resumo, a proposta da Reitoria para as eleições para a Presidência das Comissões Estatutárias na realidade determina o fim destas eleições que existem atualmente dentro de cada comissão nas unidades”, explica no seu blogue o representante dos Professores Doutores no Co, José Renato Araújo.

Desse modo, “cada presidência passaria a ser ocupada por docentes indicados diretamente pela diretoria de cada unidade, determinando assim o fim das eleições que hoje existem”, e “tais presidências passariam a ser cargos de confiança de cada diretoria das unidades da USP”. Curiosamente, esta foi a única mudança pretendida pela Reitoria a ser rechaçada por grande parte do plenário: “As divergências foram tantas, com diversos conselheiros realizando falas demonstrando oposição, que no final dos debates a mesa diretora do Co deliberou por retirar de pauta tal proposta”.

MPF recebe representação contra delegado da Polícia Federal que realizou prisão ilegal de Gabriel Scarcelli

O Núcleo Criminal da Procuradoria da República em São Paulo (MPF-SP) recebeu uma representação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) contra o delegado Kleber Massayoshi Isshiki, da Polícia Federal (PF). O processo, de número 1.34.001.007324/2015.10, foi distribuído em 22/10.

No ofício em que encaminha “para as providências cabíveis” o expediente do Condepe ao coordenador do Núcleo Criminal, o procurador-chefe Pedro Barbosa Pereira Neto explica que se trata de “eventual crime de tortura e abuso de autoridade, não havendo qualquer indício de que os envol-

vidos possuam foro por prerrogativa de função perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região”.

O delegado da PF, agindo de maneira ilegal em caso de competência da Polícia Civil, requereu e obteve da Justiça Estadual seguidas decretações de prisão preventiva dos jovens Gabriel Scarcelli e Magno da Silva Nascimento, acusando-os de roubo de carros em vários processos criminais. Ambos trabalhavam, havia anos, na rede de pizzarias “1900”. Magno e Gabriel encontram-se presos desde, respectivamente, 9/4 e 21/6 (<http://goo.gl/SDGNsh>).

Tortura. De acordo com relatório do Condepe de 2/9/15, “foi

identificada a prática de tortura nas dependências da Polícia Federal em São Paulo, além de possível abuso de autoridade praticado por autoridade federal na pessoa de Kleber Massayoshi como delegado e o policial Robson, que agiram conjuntamente com práticas de tortura para promover investigação de inquérito federal, e também possível abuso de autoridade [...] para atribuir crimes a pessoas supostamente inocentes como havia sido prometido durante interrogatório sob ameaças e torturas psicológicas”.

O caso, que envolve a perseguição a outros jovens, amigos de Gabriel e Magno, foi denunciado

também ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e à Coordenação-Geral de Combate à Tortura (CGCT).

Absolvição. No dia 19/10, Magno foi absolvido em um dos dez processos criminais abertos contra ele por iniciativa do delegado da PF. “Sinto vergonha de posturas como as que estamos presenciando”, disse o juiz ao final do julgamento, na 12ª Vara Criminal. Magno já foi absolvido em outras duas ações, uma outra foi arquivada. Mas, na 17ª Vara, foi condenado a uma pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado.